

PEC 55

Entendimento e Propostas de Posicionamento



O que é?

A **PEC 55** do Senado Federal, já aprovada pela Câmara dos Deputados, como **PEC 241** estabelece um Novo Regime Fiscal, com duração de 20 anos, mediante inclusão de artigos nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, contemplando, como pontos principais:

- Congelamento das despesas da Administração Federal Pública Direta no nível da execução orçamentária de 2016, corrigida a partir de 2017 pela inflação, medida pelo IPCA;
- Garantia de verbas mínimas para educação e saúde;
- Exceções ao congelamento;
- Penalidades pelo não cumprimento;
- Revogação do orçamento impositivo para as emendas parlamentares.

Compensações internas

- Cada Poder (Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo neste o Tribunal de Contas), o Ministério Público e a Defensoria Pública da União terão um teto específico.
 - A regra será a mesma: despesas realizadas em 2016, corrigida a partir de 2017, pela inflação.
- Qualquer aumento interno de verbas deverá ser compensada pela redução de outras.
- Apenas em cinco casos (analisados adiante) as dotações poderão determinar gastos superiores ao limite global.
- As verbas com educação e saúde não poderão ficar abaixo das dotações dos respectivos setores em 2016.
 - Não poderão servir como compensação para eventuais aumentos em outros setores.

O processo orçamentário

- O Poder Executivo deverá apresentar as prioridades e as diretrizes de compensação entre contas, na proposta da LDO.
- O Congresso poderá propor alterações, o que envolverá amplas negociações entre os parlamentares que representam os diversos interesses setoriais.
- Diferentemente da situação atual, onde as disputas se resolviam pelo aumento das despesas, corrigindo artificialmente as estimativas de receita, elas terão que ser resolvidas mediante trocas e compensações.
- As negociações definitivas deverão ocorrer na discussão e aprovação da PLOA – *Proposta de Lei Orçamentária*.
- O orçamento não poderá ser mais uma peça de ficção.

Confronto Distributivo

- Com tetos globais para as despesas, independentes das receitas, o Executivo ficará numa posição mais confortável para a gestão fiscal, transferindo para o Congresso o conflito ou confronto distributivo.
- Se os defensores de maiores recursos para educação quiserem aumentar as verbas terão que pressionar os parlamentares das frentes pela educação as quais terão que enfrentar as demais frentes para que abram mão de parte das verbas dos setores que representam.
- As Frentes Parlamentares tendem a ganhar força.
- As mobilizações sociais só terão eficácia se sensibilizarem os parlamentares.
 - Eles passarão a ser forte e continuamente pressionados.

A “luta” pelas verbas

- Como a base é a despesa realizada em 2016, os Ministérios e as entidades com orçamentos e tetos próprios buscar a realização máxima das verbas aprovadas para partir para o congelamento, com um nível mais elevado.
- Qualquer verba (crédito) adicional dependerá da aprovação do Congresso, embora possa ser antecipada por Medida Provisória.
- Nos meses finais de 2016 haverá um confronto orçamentário, com os Ministérios Setoriais buscando acelerar a realização das despesas e o Ministério do Planejamento e da Fazenda, tentando breçar essa corrida.
- A realização das despesas dependerá também do volume de Restos a Pagar que sejam aceitas e registradas pelas autoridades orçamentárias e financeira, assim como o que for liquidado em 2016:
 - O volume de Restos a Pagar vai contar para a determinação do teto.

As exceções

- A PEC prevê cinco exceções, uma delas a abertura de créditos extraordinário, aplicável apenas em casos excepcionais.
- A exceção mais importante é das transferências constitucionais aos Estados e Municípios, que continuarão vinculadas às receitas dos impostos, incluindo os “royalties” do petróleo;
- Ficarão fora do teto, as despesas com as eleições, definidas pela Justiça Federal, não ficando claro se eventuais processos de plebiscito ou de referendo estão ou não abrangidos pela exceção.

Vinculação das receitas

- As transferências obrigatórias decorrentes de vinculação de receitas ficam fora do teto.
- As referentes à educação e saúde, tem regra própria.
- Os casos que afetam diretamente os trabalhadores são:
 - COFINS, com destinação específica para a previdência;
 - PIS/PASEP com destinação ao seguro-desemprego, FAT e BNDES.

Aumento de capital das estatais não dependentes

- Estatal não dependente é aquela autossuficiente em termos operacionais, ou seja, que não requer subsídios do Tesouro para cobrir as suas despesas.
- Encontram-se nessa situação:
 - Petrobras e suas subsidiárias;
 - Eletrobras e parte das suas subsidiárias;
 - Bancos oficiais;
 - Cias Docas (com exceções).
- Por outro lado, entre as estatais dependentes, mais importantes estão:
 - A Infraero, Codevasf e Valec.
- As não dependentes estão no Orçamento de Investimentos das Estatais e os aumento de capital nelas, pelo Tesouro Nacional estão fora do teto.
- As dependentes estão dentro do Orçamento Fiscal e estão sujeitas ao teto.

Subsidiárias

- Os dois grandes conglomerados estatais (Petrobras e Eletrobras abrangem um grande conjunto de subsidiárias, em situações diversas:
 - Subsidiárias integrais: 100% delas pertencem à holding ou a outra subsidiária do conglomerado;
 - Subsidiárias parciais, como empresas de economia mista, com mais de 50% das ações, continuando a ser estatal e sujeitas às normas públicas;
- Subsidiária privadas, quando a participação acionária da holding estatal é menor do que 50%, o que determina a característica de empresa privada, não sujeita ao teto e outras norma públicas (como a lei de licitações e concursos públicos para admissão);
- SPEs (sociedades de propósito específico) constituída para execução de projeto que tem prazo determinado para conclusão – não estão sujeitas ao teto.

PEC55

Entendimento e Propostas
de Posicionamento

Instituto de
Altos Estudos
da UGT **iae**

UGT
UNIÃO GERAL DOS
TRABALHADORES

Argumentações contra e a favor da PEC 241 - 55

Posições divergentes sobre a PEC

- Os argumentos pró e contra a PEC não se baseiam nos mesmos critérios ou visões, mas podemos selecionar os comuns:
 - Eficácia no combate à crise e promoção da retomada do crescimento econômico e dos empregos;
 - Expectativas ou suposições sobre o que irá ocorrer com a educação e a saúde;
 - Quem vai perder mais ou quem vai ganhar?
- As principais divergências, no entanto, são de natureza ideológica:
 - Estrutural;
 - Contraposição aos Governos – atual e anterior

Divergência ideológica

Contra

- A proposta do ajuste fiscal faz parte do ideário neoliberal, do Consenso de Washington, com objetivo de preservar o capitalismo financeiro.
- Prioriza o interesse da classe dos rentistas contra o interesse da classe trabalhadora.

A favor

- Não se trata de uma questão ideológica, mas de enfrentar a crise.
- Outros países adotaram o mesmo instrumento e saíram da crise, alguns com mais tempo outros mais rapidamente. Como caso da Islândia.
- Alguns com maior sofrimento, como a Grécia outros com menos.

Gravidade da crise

A favor

- Assume e demonstra a gravidade da crise:
 - PIB em queda;
 - Aumento perigoso da dívida pública em relação ao PIB;
 - Aumento do desemprego, alcançando mais de 12 milhões de desocupados;
 - 4,5 milhões de PJ e 60 milhões de PF inadimplentes;
 - Redução da participação do PIB brasileiro dentro do PIB mundial;
 - Responsabiliza os erros do Governo anterior pela crise.
- A maior crise dos séculos XX e XXI (R Troster)

Contra

- A crise é efetivamente menor do que se pinta:
 - “remédio para crise que não existe” (AC Moraes)
- A relação dívida pública/ pib brasileira ainda está no suportável e é menor do que muitos outros países;
- A crise brasileira é decorrente das crises internacionais, mais recentemente pela queda das cotações das commodities.

Consequências

A favor

- Não aprovar a PEC significa transformar o Brasil num grande Rio de Janeiro (Alemão):
 - Atrasa o pagamento dos funcionários, parcela e paga só uma parte, não paga fornecedores, os terceirizados fazem greve e paralisam os serviços públicos e a população fica desatendida.
- A crise não é recente mas foi mascarada.
- Tem que pagar pela irresponsabilidade anterior.
- Outros países fizeram o ajuste e saíram da crise.

Contra

- O Brasil vai ter mais 20 milhões de habitantes que vão ficar desatendidos em educação e saúde pelo congelamento das despesas públicas

Eficácia no combate à crise

A favor

- O ajuste fiscal vai restabelecer a confiança do mercado.
 - Os empresários, irão voltar a investir e produzir e com isso a economia voltará a crescer e a gerar empregos;
 - Com a melhoria do ambiente econômico voltará o ingresso de capitais externos, ampliando os investimentos.

Contra

- O ajuste fiscal é um remédio errado e vai matar o paciente.
- A retomada dos investimentos não é uma questão de confiança, mas da expectativa de lucros (Paul Krugmann);
- A saída é o aumento do investimento público e não a austeridade.

Consensos

- É preciso melhorar a gestão das coisas públicas.
- Eliminar as distorções, com as remunerações excessivas de determinadas categorias, assim como benefícios dos congressistas;
- Reduzir a taxa de juros;
- Promover uma reforma tributária para promover maior justiça fiscal.

Propostas alternativas macroeconômicas

A favor

- A PEC precisa ser aprovada, por ser necessária, diante da crise instalada, por erros anteriores, mas não é suficiente.
- Deve ser seguida de reforma tributária, além da trabalhista, previdenciária e da política de juros.

Contra

- Aumentar os investimentos públicos, para gerar mais empregos e redinamizar a economia, como foi feito com o New Deal, por Roosevelt para vencer a crise de 29.
- Reduzir a taxa de juros;
- Ampliar a receita, cobrando dos mais ricos.

Posicionamentos alternativos

1. Não se manifestar sobre a PEC e aguardar a votação do Senado.
2. Manifestar-se contra, defendendo a sua rejeição “in totum”;
3. Não se manifestar no geral (contra ou a favor) mas defender pontos específicos e apresentar ou apoiar emendas apresentadas:
 - a. Incluir nas exceções o mecanismo de valorização do salário-mínimo, com os aumentos reais baseados na variação futura do PIB;
 - b. Incluir todas as despesas e não apenas as despesas primárias, isto é, incluir as despesas com juros;
 - c. Manter as vinculações das despesas com educação e saúde;
 - d. Excluir das penalizações pelo não cumprimento do teto, as restrições ao reajuste das remunerações e plano de carreira;

Posições subsequentes

- Qualquer que seja a decisão sobre a PEC medidas subsequentes serão apresentadas e discutidas.
 - Reforma previdenciária;
 - Reforma trabalhista, incluindo a terceirização;
- A reforma previdenciária está sendo tratada a parte;
- Na reforma trabalhista deverão ser estudadas e propostas as alterações.
- A posição de ficar contra por ser contra, é ineficaz.
- Se o STF decidir pela inconstitucionalidade da súmula do TST, deverá ser proposta uma regulamentação da terceirização
- A Central deve estudar e propor uma reforma tributária, para tornar a tributação mais justa.

Outras propostas

- Exigir uma auditoria da dívida pública:
 - Uma parte dela já estaria paga.
- Pedir auditoria das dívidas das grandes empresas com o Governo;
- Denunciar o Governo Brasileiro nos meios internacionais pelo não cumprimento de resoluções da OIT, com relação ao direito de greve dos servidores.
- Manifestar-se contra a judicialização das relações de trabalho pelo STF, em detrimento dos trabalhadores.
- Congelamento dos salários acima do teto.